



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS
DE INCENTIVO À LEITURA: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Karine Piaia

**Constantina, RS, Brasil
2009**

UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE INCENTIVO À LEITURA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

por

Karine Piaia

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientadora: Me. Tatiana Valéria Trevisan

Constantina, RS, Brasil

2009

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE INCENTIVO
À LEITURA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

elaborada por
Karine Piaia

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Tatiana Valéria Trevisan, Me. (FAMES)
(Presidente/Orientador)

Maiane Liana Hatschbach Ourique, Me. (UFSM)

Cristiane Ludwig Me. (UFSM)

Santa Maria, 08 de agosto de 2009.

Agradeço primeiramente a Deus por me permitir a vivência dessa conquista.

Em especial a minha mãe e meu pai pelo apoio incondicional e eterno cuidado. Pai, obrigada por ser um anjo e estar guiando minha vida.

Minha irmã e companheira Consuelo pelo apoio e auxílio na realização do trabalho, com a qual troquei angústias e incertezas e, multipliquei esperanças e sonhos.

Aos demais familiares que sempre me incentivaram e acreditaram na realização deste sonho.

Ao coordenador Leocádio Lameira, pela seriedade e ética ao conduzir e contribuir com curso.

As tutoras, monitoras e a banca examinadora, em especial a Cristiane Ludving, Vanessa Bressan Bongiorno.

À Professora orientadora Tatiana Valéria Trevisan pelo valioso ensino e prestatividade ao conduzir o trabalho com observações oportunas e algumas sugestões.

Aos e as colegas das Escolas Antônio João Zandoná e Escola Municipal de Ensino Fundamental Barra Funda, que permitiram o desenvolvimento da pesquisa na instituição e aos colaboradores que fizeram observações oportunas e algumas sugestões.

Aos meus amigos queridos de todos os momentos, pelo carinho e companheirismo, tornando os meus dias mais felizes e o trabalho mais ameno.

À Universidade Federal de Santa Maria – e programa de Pós-Graduação em Gestão Educacional – EAD pela oportunidade de conclusão dessa especialização.

Ao Governo Federal, por oportunizar o acesso, através desse programa, sem custos adicionais, a este curso de especialização, permitindo a realização de mais essa conquista.

Aos colegas que durante o curso encontrei, socializei conhecimentos, angústias e novas possibilidades, em especial minha querida amiga Angela Barbara Rossetto.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para que eu concluísse o Curso de pós-graduação à distância Especialização Lato Sensu em Gestão Educacional- Universidade Federal de Santa Maria-UFSM.

***Ser capaz de nomear a própria
experiência é parte do que significa
“ler” o mundo e começar a
compreender a natureza política dos
limites bem como das possibilidades
que caracterizam a sociedade...***

PAULO FREIRE

Dedico este trabalho a minha família, pelo apoio e carinho dispensados durante todos os momentos de minha vida, dando sentido e valor a realização deste trabalho.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE INCENTIVO À LEITURA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

AUTORA: Karine Piaia

ORIENTADOR: Me. TATIANA VALÉRIA TREVISAN
Constantina/RS, 08 de agosto de 2009

Este trabalho tem como objetivo propor uma reflexão sobre as políticas educacionais de incentivo à leitura, numa perspectiva emancipatória, implementadas no município de Barra Funda. Nesse sentido, objetiva-se investigar de que forma as leis e diretrizes nas três esferas Municipal, Estadual e Federal, favorecem ou burocratizam os projetos e ações locais nesse sentido. Entendendo a leitura crítica como uma possibilidade de transformação do *status quo*, enfatiza-se a necessidade de compreender, por meio de um estudo de especialização, as bases teóricas, temas inerentes a educação, alfabetização, escola, estado e políticas públicas educacionais. Nesta investigação, buscou-se ainda, problematizar o papel das instituições escolares e públicas frente à tarefa de proporcionar condições para ampliar, de maneira principalmente qualitativa, a leitura de diferentes formas, tipos e códigos linguísticos, defendendo nesse sentido, a construção de uma proposta educacional que vise não somente a leitura da palavra, mas do mundo e, portanto, a escrita da própria história. Para tanto, optou-se pela pesquisa qualiquantitativa do tipo estudo de caso, aplicando-se uma entrevista semiestruturada com educadores de duas escolas do município: Escola Municipal de Ensino Fundamental Barra Funda e Estadual de Educação Básica Antônio João Zandoná, suas respectivas coordenadoras pedagógicas e as Secretárias Municipais de Educação de Barra Funda/RS-Brasil que atuaram no período de 2005 a 2009. Após finalizar o estudo, conclui-se que as ações educacionais precisam ser transformadas em políticas públicas que ampliem as possibilidades de empoderamento do sujeito, através da democratização da leitura de códigos diversos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Leitura; Políticas Educacionais; Emancipação.

ABSTRACT

Monografia de Especialização

Curso de Pós-Graduação a Distância

Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional

Universidade Federal de Santa Maria

UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE INCENTIVO A LEITURA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

AUTORA: Karine Piaia

ORIENTADOR: Me. TATIANA VALÉRIA TREVISAN

Constantina/RS, 08 de agosto de 2009

This work has as primordial objective to propose a reflection on the educational politics of incentive to the critical reading, in a perspective emancipatória, implemented in the municipal district of Barra Founds. In that sense, it is aimed at to investigate that it forms the laws and guidelines in the three spheres Municipal, State and Federal, they favor or they bureaucratize the projects and local actions in that sense. Understanding the critical reading as a possibility of transformation of the status quo, the need is emphasized of understanding, through a specialization study, to the theoretical bases, inherent themes the education, literacy, school, state and educational public politics. In this investigation, it was still looked for, to problematize the paper of the school institutions and public front to the task of providing conditions to enlarge, in way mainly qualitative, the reading in different ways, types and linguistic codes, defending in that sense, the construction of an educational proposal that seeks not only the reading of the word, but of the world and, therefore, the writing of the own history. For so much she opted for the quali-quantitative research of the type case study, being applied an interview semiestruturada with educators of two schools of the municipal district: Municipal school of Barra Founds, and State of Basic Education Antônio João Zandoná, your respective pedagogic coordinators and the Municipal Secretaries of Education of Barra Funda/RS-Brasil that acted in the period from 2005 to 2009. After the study to conclude, it is ended that the educational actions need to be transformed in public politics that they enlarge the possibilities of empoderamento of the subject, through the democratization of the reading of several codes.

WORD-KEY: Education; Reading; Educational politics; Emancipation.

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
1.1 Objetivos	12
1.1.1 Objetivo geral	12
1.1.2 Objetivos específicos	13
2 REVISÃO DE LITERATURA	14
2.1 Educação como um ato político	14
2.2 Considerações sobre alfabetização, linguagem e leitura	16
2.3 Conceito de leitura numa perspectiva emancipatória.....	19
2. As mudanças no contexto midiático e a necessidade de se considerar a leitura das múltiplas linguagens	20
2.5 Políticas de incentivo à leitura.....	22
3 METODOLOGIA	26
3.1 Caracterização da pesquisa	27
3.2 População e amostra	27
3.3 Instrumentos de Pesquisa	27
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	29
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	38

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Historicamente a educação constituiu-se diante de uma constante disputa entre os setores dominantes da sociedade e as camadas populares, que buscam na educação, possibilidades de intervenção e ocupação de espaços que garantam o poder econômico, político e social. Dessa forma, a escola pensada inicialmente, para consolidar a hegemonia da classe dominante e fazer uso desses “espaços” propicia o acesso ao conhecimento apenas de uma minoria da população, embora que de forma a garantir a ordem e formar hábitos desejáveis para um comportamento adequado e garantir a consolidação de suas próprias diretrizes. Nesse contexto, as políticas educacionais, procuram atender aos interesses dos grupos hegemônicos.

A realidade socioeconômica em que muitas crianças, jovens e adultos encontram-se, além de gerar uma enorme exclusão social, impede pessoas do ato de ler e escrever, porque o processo de dominação política, econômica e cultural da formação social brasileira implementou uma política educacional que contribuiu para consolidar a escola como uma instituição conservada, alienante, imitativa da organização do trabalho no sistema produtivo. Isso implica também no ato de ler.

Porém, se ao longo da história a Educação constituiu-se em instrumento de domesticação, reprodução da ideologia e de exclusão das camadas menos favorecidas, a prática dos Movimentos Sociais, iniciou um processo de construção de uma educação de todos e para todos. A luta por uma educação, pelo direito à escola e por transformações no seu papel e na forma de desenvolver seu trabalho é que possibilitou a democratização da mesma.

As profundas mudanças educacionais que surgiram podem ser subdivididos em três fases, que segundo Otaíza de Oliveira Romanelli (1978), podem ser explicados a partir dos seguintes contextos:

Primeira fase, 1930 a 1937, marcada pela atuação do Governo Provisório e as lutas ideológicas no setor educacional, as reformas empreendidas por Francisco Campos, paralelamente à luta ideológica entre pioneiros e conservadores. Segunda fase abrange o período correspondente ao Estado Novo e caracteriza-se, portanto, pela instituição do regime totalitário. Decretação das Leis Orgânicas do Ensino e da criação do SENAI e do SENAC. Terceira fase compreende por sua vez o período que vai de 1946, quando foi votada a Constituição que restabelecia o regime democrático, até 1961, quando foi votada a Lei 4.024, que fixava as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (ROMANELLI, 1978, p. 127 - 128).

Surgem assim, alterações no modo como se estruturam tais propostas educacionais. Dá-se início a escola pública e, com ela, a valorização ao saber popular e acesso ao saber historicamente construído, embora que na maioria das vezes, ainda de forma sistematizada e fragmentada.

Sendo assim, em contraponto com essa realidade, os estudos basear-se-ão em textos do grande pensador da educação brasileira Paulo Freire (1988) que acredita numa educação libertadora. Segundo o autor, o educador que quer obter êxito no processo educativo precisa perceber que não está só no mundo e que cada ser humano é um ser no mundo, capaz de pensar, aprender, ensinar, criar e a fazer leitura da vida e do mundo. O autor afirma que é por isso que o homem torna-se capaz de decodificar as letras e ler fonemas, ler palavras, ler frases, histórias, ler livros e seguir fazendo perguntas necessárias para vida e construção da vida em sociedade, por isso aprender a ler o mundo e a palavra escrita é uma prática fundamental e essencial para mudar as pessoas e para as pessoas mudarem o mundo.

Para Freire (1988), a leitura crítica oferece uma pré-condição para a organização e compreensão da natureza socialmente elaborada e, portanto, pode tornar-se um elemento de libertação já que propicia a construção de sujeitos sabedores dos seus direitos e deveres nessa sociedade desigual, nesse sentido, defende ainda, práticas pedagógicas voltadas ao ato de ler. Ler a palavra, ler a realidade, ler o mundo.

Aprender a ler é aprender o mundo, compreender seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação mecânica que vincula linguagem e realidade. Ademais, aprendizagem da leitura é um ato de educação e educação é um ato profundamente político (FREIRE, 1971, p. 24).

Dessa maneira, necessário também que se coloque em prática os objetivos vislumbrados na Proposta Política-Pedagógica da Escola visando o incentivo à leitura, é preciso planejar com antecedência e buscar articulações entre órgãos responsáveis pela educação com intuito de que os mesmos atendam essa demanda e viabilizem recursos humanos, pedagógicos e econômicos para o setor.

Luiz Pereira e Marialice M. Foracchi em sua obra *Educação e Sociedade*

(1976), afirmam que as instituições educacionais apenas satisfazem de modo parcial, irregular e insuficiente, as necessidades escolares de setores semiletrados e letrados. O dilema educacional brasileiro é de fundo institucional. Para os autores, é vital alterar as estruturas, o funcionamento e a integração dessas instituições.

Isso tudo depende de um compromisso político e de vontade política, respaldadas na criação e reformas na política educacional e pelo fortalecimento institucional, com vistas a disponibilizar meios tradicionais e modernos de informação e de tecnologias para educar o público em questões de interesse social e disseminar a educação de maneira a garantir o acesso qualitativo da mesma.

Compreender que uma política de formação de leitores deve ser concebida como algo que vai além da distribuição exclusiva de livros é, antes de tudo, concebê-la como prática sociocultural que necessita estar inserida em um conjunto de ações sociais não necessariamente restrita ao ambiente escolar ou fragmentada em códigos linguísticos.

Sendo assim, analisar os projetos na tentativa de superar a estrutura centralizada, fragmentada e verticalizada do Sistema de Educação, garantindo o acesso aos saberes linguísticos, culturais e historicamente construídos, necessários ao exercício da cidadania, é uma responsabilidade principalmente da escola e poder público que devem estar articulados a um projeto político voltado ao acesso ao conhecimento. Pensar sobre estes e demais processos educacionais que surgem e se atravessam na Escola Pública enquanto espaço de práticas e ações educativas, relacionando-os ao seu contexto social e histórico é repensar a escola, é construir caminhos tendo como referencial sua postura política.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

- Analisar criticamente as políticas públicas do Município de Barra Funda/RS-Brasil, voltadas ao incentivo à leitura e se essas estimulam a construção de leitores críticos.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Investigar alguns órgãos responsáveis pelas Políticas Públicas Educacionais.
- Analisar os documentos do órgão municipal para compreender como acontece a implementação das Políticas Educacionais de incentivo à leitura no município.
- Contribuir na construção de novas possibilidades de incentivo à leitura.
- Abordar e problematizar questões relativas à leitura, suas implicações para a aprendizagem e seus desdobramentos no ensino.
- Suscitar a discussão do papel da escola na formação de leitores competentes.

Para alcançar os objetivos propostos, utilizou-se da pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso, com 11 educadores de duas escolas do município: Escola Estadual de Educação Básica Antônio João Zandoná e Escola Municipal de Ensino Fundamental Barra Funda e 2 funcionários da Secretaria Municipal de Barra Funda/RS-Brasil.

Esta monografia está organizada em capítulos, após a introdução, apresenta-se a revisão de literatura conceituando o que é linguagem, leitura crítica e alfabetização. Também, uma reflexão sobre políticas e educacionais, educação como um ato político e as mudanças no contexto midiático. Posteriormente apresenta-se a metodologia utilizada para a realização do estudo. A análise das falas dos entrevistados e conseqüentemente o entrelaçamento do aporte teórico, constitui o capítulo da discussão dos resultados. Por fim, apresenta-se a conclusão e os referenciais pesquisados.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A Educação como um Ato Político

Barbara Freitag (2005) retoma várias teorias da educação para explicar como e quando as Políticas Educacionais transformam as instituições escolares em aparatos ideológicos do Estado. A autora cita Talcott Parsons e Durkheim¹ que defendiam a ideia de que os mecanismos de atuação da sociedade política servem para garantir o equilíbrio e harmonia do todo, preservando a “ordem social” através da coerção. Afirmam que para isso, algumas estratégias são necessárias, o domínio da consciência através da interiorização da normatividade hegemônica.

Assim, para esses autores, a escola pode servir como mecanismo de divulgação, penetração e inculcação das normas criadas de acordo com os interesses econômicos que regem o Estado. Esse controle é amparado pela implementação e reestruturação da legislação educacional, leis de cunho hegemônico que dessa forma, facilmente são aceitas sob a aparência de serem justas e neutras.

Considerando que os sistemas de pensamento que legitimam a exclusão dos não privilegiados, são impostos pela sociedade política² e canalizados à sociedade civil³ de maneira consensual, e portanto funcionam como cimento da formação social, é possível perceber que a palavra, tendo um forte poder simbólico, também torna-se um instrumento de dominação ou libertação, sendo utilizada para fortalecer ou dissolver códigos que estão fortemente arraigados na estrutura e ideologia de classe (FREITAG, 2005).

Em contraposição, Freitag (2005) cita autores como Dewey ou Mannheim, que acreditam que a educação não é somente um mecanismo de ajustamento do indivíduo, mas um fator de dinamização das estruturas,

No processo educacional o indivíduo é habilitado a atuar no contexto societário em que vive, não simplesmente reproduzindo as

¹ PARSONS, Talcott. *The Social System*. The Free Press of Glencoe. Londres, 1964 (1ª ed. Papaerback).

² GRAMSCI, Antônio. *Sociedade política: na qual se concentra o poder repressivo da classe dirigente* (governo, tribunais, exército, polícia).

³ GRAMSCI, Antônio. *Sociedade civil: constituída pelas associações ditas privadas* (igrejas, escola, sindicatos, clubes, meios de comunicação de massa).

experiências anteriores, transmitidas por gerações adultas, mas em vista de tais experiências, sua análise e avaliação crítica, ele se torna capaz de reorganizar seu comportamento e contribuir para a reestruturação e reorganização da sociedade moderna (FREITAG, 2005, p. 38).

Nesse sentido, ao retomar os conceitos de sociedade civil e hegemonia propostos por Gramsci, Freitag (2005) desenvolve um conceito emancipatório de educação, em que os grupos historicamente marginalizados podem assumir força política na perspectiva da pedagogia do oprimido. Como escreve o professor Ernani Maria Fiori, a prática da liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condição de reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica (FREIRE, 1987).

Freitag (2005) acrescenta ainda, que para isso a escola, e demais instituições da sociedade civil devem oferecer instrumentos para pensar e realizar uma nova estrutura societária em que ocorra de fato a emancipação do sujeito.

Complementa ainda sua discussão em torno do assunto conceituando o que, para ela, é ou faz parte da educação,

[...] a educação sempre expressa uma doutrina pedagógica, a qual implícita ou explicitamente se baseia em uma filosofia de vida, concepção de homem e sociedade (...) numa realidade social concreta, o processo educacional se dá através de instituições específicas (família, Igreja, escola, comunidade) que se tornam porta-vozes de uma doutrina pedagógica (FREITAG, 2005, p. 33-34).

Nesse sentido, Freire compartilha a preocupação de reconhecer que toda a prática educativa é um ato político, portanto não-neutro, a partir das seguintes colocações:

Tanto no processo educativo como no ato político uma das questões fundamentais seja a clareza em torno de a favor de quem e do quê, portanto contra quem e contra o quê, fazemos a educação e de a favor de quem e do quê, portanto contra quem e contra o quê, desenvolvemos a atividade política (FREIRE, 1988, p. 24).

Com isso, Antônio Joaquim Severino (1982) enfatiza a necessidade de que educadores e educandos se posicionem criticamente ao vivenciarem a educação, superando posturas ingênuas que estão arraigadas nas diversas formas comunicativas, discursivas e midiáticas, carregadas de intencionalidade. Isso implica, primeiramente, a necessidade de uma leitura crítica não só da palavra

escrita, mas do contexto social, político, econômico e cultural (FREIRE, 1988).

2.2 Considerações sobre Alfabetização, Linguagem e Leitura

O analfabetismo⁴ acompanha a humanidade desde o passado e se configura no momento presente. A exclusão pelo viés do analfabetismo pode se dar por segregar o indivíduo do grupo social já alfabetizado ou em alfabetização podendo negar a possibilidade de desenvolvimento intelectual, cultural, político e econômico do sujeito. A exclusão “é constitutivo necessário da lógica do capital, como condicionante do seu processo”. (OLIVEIRA, apud MARCHESI, 2004, p. 50). Exclui também por que inferioriza, desqualifica (segundo os padrões vigentes) e não permite o acesso, de forma plena, aos conhecimentos e informações escritas.

O Analfabetismo não só ameaça a ordem econômica de uma sociedade, como também constitui uma grande injustiça. Essa injustiça teve grandes consequências, como a incapacidade dos analfabetos de tomarem decisões por si mesmo, ou de participarem do processo político. Solapa os princípios democráticos de uma sociedade (FREIRE, 1990, p. XI).

Essas considerações são importantes para se compreender o processo da alfabetização e introduzir seu significado político. Nessa perspectiva, o contexto globalizado e fortemente regido pelo sistema econômico, historicamente, transformou a educação em um mecanismo de controle. Os grupos empresariais que defendem interesses políticos conservadores, dando-se conta de que o crescente número de analfabetos poderia ameaçar a ordem econômica, passam a defender a necessidade de se introduzir a cultura letrada, sendo assim, passam a estruturar currículo estritamente voltado ao mercado de trabalho, visando assegurar a orientação profissional que favoreça aos interesses do empresariado, e com isso insistem que a escola desenvolva habilidades voltadas ao ato da escrita e da leitura da palavra com raízes numa educação bancária, estritamente funcional que legitime e reproduza as relações de poder.

No entanto, para Freire, a visão estritamente econômica da alfabetização

⁴ Conforme Freire, o analfabetismo, apesar de representar uma perversão social incomparável, não pode ser entendido como um fato consumado, sem alternativas (VASCONCELLOS; BRITTO, 2006, p. 44).

precisa ser questionada, caso contrário, limita e até mesmo impede que ocorram contradições e, portanto, mudanças estruturais na sociedade.

Esse olhar crítico é reforçado por Freire, quando cita Gramsci:

As observações de Gramsci parecem tanto politizar a noção de alfabetização quanto, ao mesmo tempo, dotá-la de um significado ideológico que sugere que ela pode ter menos a ver com a tarefa de ensinar as pessoas a ler e a escrever do que com a produção e a legitimação de relações sociais opressivas e exploradoras. Para Gramsci, a alfabetização era uma face de dois gumes; podia ser brandida em favor do *empowerment* individual e social, ou para a perpetuação de relações de repressão e de dominação (FREIRE, 1990, p.1).

Em face ao exposto é possível afirmar que a alfabetização é muito mais do que desenvolver habilidades específicas da linguagem. Deve ser antes de tudo, uma forma de proporcionar o empoderamento das pessoas criando alternativas para que estas possam nomear e transformar condições ideológicas e sociais arraigadas e estrategicamente estruturadas pelo poder dominante. É indispensável que se desenvolva, também, uma compreensão clara e ampla dos significados de letramento⁵, considerando que este faz parte da alfabetização do ser humano.

A partir dessas colocações e do sentido atribuído à alfabetização e ao domínio da escrita e leitura, é necessário considerar as palavras de Marta Kohl de Oliveira (1997), segundo reflexões de Vygotsky a respeito da linguagem:

A linguagem fornece os conceitos e as formas de organização do real que constituem a mediação entre o sujeito e o objeto de conhecimento. Num determinado momento do desenvolvimento filogenético (evolução de uma espécie), o pensamento e a linguagem se unem e o pensamento se torna verbal e a linguagem racional. A associação entre ambas é atribuída à necessidade de intercâmbio dos indivíduos durante o trabalho, atividade especificamente humana. Para agir coletivamente e de formas cada vez mais sofisticada, o grupo humano teve de criar um sistema de comunicação que permitisse troca de informações específicas. O surgimento do pensamento verbal e da linguagem como sistema de signos é um momento crucial no desenvolvimento da espécie humana, momento em que o biólogo transforma-se no sócio-histórico (OLIVEIRA apud VYGOTSKY, 1997, p. 45).

Neste processo, a linguagem destaca-se como sendo fator determinante. A linguagem só existe se houvesse relações interpessoais. É nessa relação que ela

⁵ Segundo SOARES, letramento, do inglês *literacy* é o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever. Implícita nesse conceito está à ideia de que a escrita traz consequências sociais, culturais, políticas, econômicas, cognitivas, linguísticas quer para o grupo social em que seja introduzida, quer para o indivíduo que aprende a usá-la (2001, p.17).

se move e é dela que é impulsionada. A linguagem tem como função não só a comunicação, mas também a organização e o planejamento, e neste movimento que se desenvolve o pensamento, e é gerado por meio da interação, da relação com o outro, quando este se internaliza.

A linguagem nos dá o poder de recordar significados, e desse modo, podemos não só interpretar – uma aptidão animal - como interpretar nossas interpretações, a linguagem é o meio para atingir uma consciência crítica, a qual, por sua vez, é o meio de imaginar uma mudança e de fazer opções para realizar transformações interiores (FREIRE, 1990, p. XVIII).

Além disso, a palavra é uma simbologia, portanto, é uma das formas do ser humano se comunicar, pressupondo um “consenso”, porque exige um entendimento sobre o seu significado. Pode-se dizer que a palavra contém em si o signo e o significado, que pode mudar de sentido, dependendo do contexto ao qual ela está inserida. Marta Kohl de Oliveira (1997), refere-se ao pensamento e a linguagem como fatores que exprimem a realidade e por isso podem levar o homem a compreender os processos que constroem a consciência humana.

Neste sentido, a linguagem desenvolve não só o pensamento do sujeito, mas a consciência, “uma palavra é um microcosmo da consciência humana” (VYGOTSKY, 1991, p. 132). O pensamento e a linguagem, portanto, exprimem a realidade e está condicionada por ela, essa mediação com o meio, constrói o sujeito e a linguagem é determinante nesse processo.

A criança é um corpo “plantado” no contexto social e cultural, fruto da história da humanidade. O desenvolvimento do pensamento se modifica através do meio sociocultural e nesse movimento pode modificar o contexto histórico de que faz parte. O significado é constitutivo da palavra; o contexto carrega em si significados diferentes para uma mesma palavra, mas apesar disso, não podemos ensinar a ler e a escrever sem ler o contexto da palavra, da realidade que a produziu (OLIVEIRA apud VYGOTSKY, 1997).

A cultura é fator decisivo na constituição do sujeito. O homem se constitui ser humano ao desenvolver as capacidades tipicamente humanas; essas são produtos da cultura, esta por sua vez corresponde a significados que carregam em si a historicidade do desenvolvimento humano (OLIVEIRA apud VYGOTSKY, 1997).

Em conformidade com tais colocações, Freire argumenta que,

a alfabetização, uma relação dialética dos seres humanos com o mundo, por um lado, e com a linguagem e com a ação transformadora, por outro. Dentro dessa perspectiva, a alfabetização não é tratada meramente como uma habilidade técnica a ser adquirida, mas como fundamento necessário à ação cultural para a liberdade (FREIRE, 1990, p. 7).

De acordo com tais colocações é importante reconhecer a necessidade de reconstruir uma visão de alfabetização que vise a transformação de condições ideológicas e sociais fortalecendo a democracia.

2.3 Conceito de Leitura numa Perspectiva Emancipatória

Há inúmeras concepções sobre leitura, muitos estudiosos a caracterizam apenas como mera decodificação mecânica de signos linguísticos, outros porém, como compreensão que envolve fatores emocionais, intelectuais, neurológicos sensoriais, fisiológicos, culturais, econômicos e políticos. Para que ocorra de fato a leitura, é preciso a articulação dessas concepções, a capacidade de decifrar sinais e compreendê-los diante da vivência do indivíduo dotando-lhes de sentido.

Segundo Maria Helena Martins (1986, p. 37), existe três níveis de leitura, a sensorial que impulsiona os órgãos do sentido, a emocional que corresponde aos sentimentos, ao subjetivismo, pois envolve o inconsciente, amenizando ou ressaltando desejos e frustrações e, por último, a racional que estabelece uma ligação com as duas primeiras, porque diante do processo de identificação, compreensão e questionamento do objeto lido e do seu sentido, a leitura racional possibilita a reflexão individual e da realidade social, por isso pode ser considerada também leitura crítica.

A leitura crítica⁶ da palavra vai depender da compreensão desta e isso implica necessariamente a percepção e a relação entre ela e o contexto vivenciado pelo leitor. Por isso, Freire (1988, p. 17), diz que “a leitura de um texto, tomado como pura descrição de um objeto é feita no sentido de menosprezá-la, nem é real leitura, nem dela, portanto, resulta o conhecimento do objeto de que o texto fala”. O acesso a saberes através da palavra escrita, o estímulo constante do ato de ler, a construção crítica-democrática de práticas leitoras permite que o indivíduo

⁶ Crítica, para Freire, significa sempre interpretar a própria interpretação, repensar os contextos, desenvolver múltiplas definições e tolerar ambiguidades, de modo que se possa aprender a partir da tentativa de resolvê-las.

estabeleça relações entre a leitura da palavra e leitura de mundo para a compreensão e possível intervenção e reinvenção da sociedade.

Para Ann E. Berthoff,

[...]o ato de aprender a ler e escrever deve começar a partir de uma compreensão muito abrangente do ato de ler o mundo, coisa que os seres humanos fazem antes de ler a palavra. Até mesmo historicamente, os seres humanos primeiro mudaram o mundo, depois revelaram o mundo e a seguir escreveram as palavras (BERTHOFF apud FREIRE, 1990, p. XVII).

Proporcionar a leitura crítica da realidade é criar possibilidades de entender o mundo que os cerca possibilitando a reação política do sujeito e, portanto, a sua emancipação.

A palavra emancipação está, geralmente, relacionada ao processo de libertação da dominação do colonizador sobre o colonizado. Para Santos (2000, p. 95), a liberdade é fator imprescindível à emancipação, cuja trajetória parte do “colonialismo para a solidariedade”. Em uma visão alargada desse conceito, é preciso compreender que a emancipação é toda e qualquer “luta pela libertação e pela superação da cultura da opressão” (MARCON apud PIAIA, 2006, p. 111).

Sendo assim, ao se reportar ao conceito de emancipação, deve-se considerar a liberdade como condição para a sua concretização, condição esta que permite ao oprimido ser sujeito consciente de sua realidade, possibilitando o emergir da solidariedade como prática humana e humanizadora.

A prática da leitura deve se tornar uma prática da liberdade. Isso significa que “a leitura da palavra implica não somente a leitura do mundo, mas sua continuidade e capacidade de escrevê-lo; reescrevê-lo; transformá-lo através da prática consciente” (FREIRE, 1988, p.20).

Escapar dos limites do texto, da palavra não é deixar de ler, pelo contrário, é permitir-se desfrutar de estímulos do mundo exterior é buscar sentido, compreender a si próprio e o mundo.

2.4 As Mudanças no Contexto Midiático e a Leitura das Múltiplas Linguagens

A leitura da escrita acabou predominando pelo fato de que o próprio ato de ler tem sido pensado a partir dela, além disso, porque é nos códigos escritos que o ser humano pode testar sua memória, incitar o imaginário, emoções e pensamentos

sendo estes permeados pela variedade de sentidos que pode possuir uma única palavra, enfatiza Maria Helena Martins (1986, p. 73).

Ampliando essa visão, Hoffmann⁷ afirma que a leitura deve ir além da palavra escrita ou das produções literárias. E retomando-se sua pesquisa baseada no conflito entre cultura letrada e cultura da imagem, compreendem-se as mudanças decorrentes do avanço tecnológico e as novas formas de aprender que complexificam o processo de comunicação.

Nesse sentido, a escritora enfatiza que as mudanças diante do contexto midiático requerem um melhor entendimento do panorama cultural ao qual se está inserido. Para isso ela cita Steven Jhonson que discute a tese de que, embora o conteúdo de entretenimento tenha menos informação, se comparado aos livros, as novas tecnologias disponíveis (televisão, videogames, desenhos animados, histórias em quadrinhos) tornaram-se hoje, atrativos mais complexos. Desta forma, exigem mais do telespectador por trazerem narrativas mais elaboradas.

Ler variados códigos, e tornar possível o seu acesso, significa oportunizar ao aluno as práticas culturais e sociais como cinema, dança, teatro, pintura, fotografia e música. Esses, indispensáveis para o domínio da complexidade de linguagens e, portanto, das práticas de leitura e escrita.

Tais colocações auxiliam na compreensão de que é preciso considerar essa diversidade de signos que ampliam o processo de comunicação, tendo em vista também que os avanços tecnológicos contribuem para a ampliação do contexto midiático e que, portanto, não podem ser negados.

O impacto da mídia, iniciado com o surgimento da rádio por volta de 1938, teve conseqüentemente como força dissipadora dos meios de comunicação de massa, a televisão. Após a popularização desta, por volta dos anos 60, 70 o mundo da comunicação expande-se. O fenômeno cultural da vez é a internet e o impacto disso na sociedade é notável.

Surge, com essas inovações tecnológicas, a necessidade de se trabalhar nos espaços escolares com mídias diversas. Por isso, estabelecer o diálogo entre educação e comunicação é para José Sérgio Fonseca de Carvalho “absolutamente pertinente” (JOSÉ, 2007, p. 28), uma vez que, a mídia de massa interfere de forma eloquente na formação da consciência do indivíduo e dos valores da sociedade.

⁷ Texto disponível em: - www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT16-3831--Int.pdf. Acessado em 09/04/2009 as 02h16min.

É de consenso, entre estudiosos, que a alfabetização para a mídia ou Educomunicação, termo utilizado para designar a relação entre educação, comunicação e espaço escolar, que o fascínio pela tecnologia exige dos agentes educativos, uma nova postura, mais envolvente, dinâmica, e, sobretudo, mais qualificada para desempenhar essa função.

Isso significa, antes de tudo, que o educador precisa primeiramente, desenvolver nos educandos habilidades de leitura e escrita, além disso, ter conhecimento de como trabalhar com esses recursos audiovisuais, pois sem o domínio dessas funções, limitam-se ainda mais o acesso e a interpretação dos mesmos.

Portanto, proporcionar a leitura crítica desses meios tecnológicos tão presentes na vida social, é sem dúvida, permitir a ampliação da cultura letrada, que predomina nos espaços escolares, de forma a abranger a linguagem imagética permitindo uma relação crítica, ou seja, a interpretação das intenções dos veículos de comunicação e com esta superação da postura ingênua, alienante a qual o indivíduo está condicionado.

2.5 Políticas de Incentivo à Leitura

Parte-se do pressuposto de que a educação não pode ser pensada enquanto instância autônoma dentro de um contexto social. Assim, a educação e as políticas educacionais são resultantes de correlação de forças políticas e econômicas e refletem contradições existentes na sociedade. O esforço para dotá-las de sentido numa perspectiva de totalidade, nos força a investigar e repensar as funções do Estado e Município no que diz respeito ao desenvolvimento de políticas contextualizadas de apoio, neste caso, especificadamente à cultura e viabilizar também o acesso e incentivo à leitura.

Nesse panorama, surge a necessidade de investigar por meio de documentos elaborados pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica, as ações do Ministério da Educação na área de leitura.

focado, essencialmente, na qualificação dos recursos humanos e na ampliação das oportunidades de acesso da comunidade escolar a diferentes materiais de leitura (BRASIL, 2006, p.27).

O Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC) expressa, por meio de diferentes documentos, o compromisso desse órgão com a formação de leitores e com o debate sobre leitura e sua mediação. Focando, essencialmente, na qualificação dos recursos humanos e na ampliação das oportunidades de acesso da comunidade escolar a diferentes materiais de leitura.

Resultado das discussões realizadas em 2005 nos dez seminários regionais, esses documentos, registrados e organizados em três partes, apresentam um breve histórico e comentários sobre dados da pesquisa avaliativa realizada pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola/PNBE e das ações do MEC favorecendo o debate acerca do papel da escola no desenvolvimento das competências leitoras dos alunos, além de ser um subsídio para auxiliar professores e mediadores sobre papel da escola na formação de leitores.

É enfatizado no primeiro caderno, a atuação do Ministério da Educação, desde sua implementação, em que as ações resumiam-se a distribuição de livros didáticos e 1997 foi sendo ampliado com a instituição do PNBE⁸ e a partir disso, projetos foram postos em prática, o que veio a favorecer não somente o aluno, mas a formação do professor com a distribuição de obras voltadas a esse fim.

Dando segmento, e possuindo como proposta de ação pública e conjunta encontrar formas de proporcionar condições de inserção dos alunos das escolas públicas na cultura letrada, no momento da sua escolarização (BRASIL, 2006, p10), iniciou o programa Nacional Biblioteca da Escola - *Literatura em Minha casa e Palavra de Gente*, que disponibilizou a ampliação do acervo literário às bibliotecas de todas as escolas públicas.

O conteúdo desses textos, de acordo Ministério da Educação, retoma as pesquisas realizadas no ano de 2000, por iniciativa de entidades do livro e de fabricantes de papel, que objetivavam definir o consumo de livro no país, medindo sua penetração e as dificuldades de acesso.

A entidade ALB⁹ critica a afirmação de que o brasileiro não gosta de ler e

⁸ Programa Nacional Biblioteca da Escola.

⁹ Associação de Leitura do Brasil.

defende a ideia de que isso se torna um mito, pois segundo estudos, “aqueles com mais instrução, capazes de compreender um texto escrito, leem bastante” (BRASIL, 2006, p. 16). E, mesmo aqueles que apresentam baixo índice de escolaridade com qualidade e têm menos condições de acesso ao livro realizam algum tipo de leitura, seja ela de jornais, revistas, imagens. Por isso, trazem à tona o fato, considerado por eles um problema, de muitos desconsiderarem os *best-sellers*, jornais, revistas femininas, livros de auto-ajuda, filmes e teatros, opções importantes para ampliar o universo leitor. Em virtude disso, salientam a necessidade de se retomar o conceito de leitura baseada nas múltiplas linguagens.

Os resultados da pesquisa realizada pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB/2003 revelam ainda, os fatores que afetam as práticas leitoras. Dentre eles foram citados problemas em relação aos indicadores de desempenho em Língua Portuguesa, o que vem a interferir no desenvolvimento de habilidades leitoras (BRASIL, 2006, p. 17). Outro obstáculo diagnosticado através do estudo desenvolvido pela Associação Latino-Americana de Pesquisa e Ação Cultural/ALPAC, no fim de 2005, em 196 escolas de Ensino Fundamental, de 19 municípios em 8 Estados, revelou problemas quanto a estrutura física, a falta de preparo pedagógico dos profissionais que trabalham nesse espaço educativo. E, ainda, relacionados às práticas pedagógicas que distanciam o contato prazeroso, lúdico, com o livro (BRASIL, 2006, p. 19).

Ao fazer a análise da conjuntura educacional é necessário mencionar o texto de Rosa Maria Hessel Silveira - *A leitura e seus poderes – um olhar sobre dois programas nacionais de incentivo à leitura*, que faz uma abordagem, sobre os discursos construtivistas, que segundo a autora, frequentemente são encontrados em documentos pedagógicos como é o caso dos PCNS:

Estariamos, no caso brasileiro, frente à influência do discurso pedagógico construtivista e também dos ecos freireanos sobre a liberdade do sujeito, sobre a motivação, sobre o interesse a ser despertado, evitando-se tudo que possa ser identificado com o tradicional, com o estigmatizado “behaviourismo”, enfim, com o “velho”? Efetivamente, se, como autor/a, já não partilho dos sonhos e utopias totalizantes preconizados pelas metanarrativas da modernidade (até por ter presenciado o desmoronamento de alguns de seus ícones), prossigo perseguindo as pequenas utopias e objetivos mais contingentes, cotidianos e localizados, o que – no meu caso – também envolve o trabalho com a leitura com as novas gerações (SILVEIRA, 2001, p. 11-13).

Silveira (2001) questiona tais discursos e enseja, por meio dessa discussão, a necessidade da reflexão dos pensamentos pedagógicos, para que possam servir de respaldo à consolidação das diretrizes propostas. Compreende-se, com isso, que a mera adoção de modelos pedagógicos sem bases teóricas que sustentem, de fato tais propostas e a influência de discursos vazios, é mais um fator que limita a concretização das ações voltadas as práticas leitoras.

A política adotada pelo atual governo do estado, que objetivando a redução dos gastos, corta parte significativa dos recursos nas áreas sociais e, em especial percebe-se uma redução de trabalhadores e investimentos econômicos nas Escolas Estaduais. “A constituição Estadual determina que o Estado deva disponibilizar 35% das receitas correntes líquidas com Educação, e os municípios 25%, Leis que não estão sendo cumpridas”, afirma Augustin (2009, p. 13). Essa política pode ocasionar a desqualificação dos serviços públicos prestados, logo déficit na aprendizagem.

3 METODOLOGIA

Para realizar este estudo monográfico, sobre políticas educacionais de incentivo à leitura, optou-se pela pesquisa quali-quantitativa, do tipo estudo de caso, que partiu da análise de documentos, livros, artigos e aplicação de entrevistas semiestruturadas. Recursos esses que serviram de suporte a investigação.

Nesse sentido, o recorte espaço-temporal que constituiu o estudo de caso, foi o município de Barra Funda, e os entrevistados foram gestores públicos e professores. O caso em particular, propôs-se analisar criticamente as Políticas Públicas do Município, voltadas ao incentivo à leitura e, se essas, estimulavam a construção de leitores críticos.

Necessitou-se também, realizar análise de documentos para compreender como acontece a implementação dessas Políticas Educacionais visando contribuir na construção de novas possibilidades de incentivo as práticas leitoras.

Além disso, o trabalho visa suscitar a discussão do papel da escola na formação de leitores competentes por meio da abordagem e problematização de questões relativas à leitura, suas implicações para a aprendizagem e seus desdobramentos no ensino.

Os entrevistados são identificados na discussão dos resultados com siglas CP1 e CP2, que conferem ao cargo de Coordenadoras Pedagógicas de duas escolas diferentes. E para identificar os professores do Currículo (Ensino Fundamental), foram utilizadas as siglas PC1, PC2, PC3 e PC4, e PF1 e os do Ensino Médio PM1, PM2 e PM3. Referindo-se a Monitora do Laboratório de Informática utilizou-se PL1. Os entrevistados, em sua totalidade, resultam em 13 sujeitos investigados.

Para embasar a investigação, realizou-se também, a observação de práticas pedagógicas, a análise de documentos que envolvem o planejamento dos órgãos públicos e o registro fotográfico. Além dos materiais públicos, para suporte teórico utilizou-se dos textos de autores como Paulo Freire, Shiroma, Miguel Arroyo, Paro, Carlos Rodrigues Brandão, Gramsci, Vigotsky, Soares, Romanelli, Freitag e outros.

3.1 Caracterização da Pesquisa

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, porém necessita de dados mensuráveis o que vai envolver também a pesquisa quantitativa, por isso definida como quali-quantitativa. Necessitou-se trabalhar a partir do material coletado e analisado para então se estabelecer relações com a realidade a ser investigada num nível de abstração mais elevado.

3.2 População e amostra

A população envolvida é composta por Coordenadoras e Professores de diversas modalidades e áreas de ensino da Rede Pública Municipal e Estadual de Ensino e responsáveis pela Secretária de Educação de Barra Funda/RS-Brasil.

3.3 Instrumentos de Pesquisa

Utilizou-se de uma entrevista semiestruturada, sendo que os dados coletados, com respectiva autorização, foram registrados por meio da escrita.

As perguntas partiram dos seguintes questionamentos preliminares:

Para as Secretárias de Educação do município que exerceram os cargos no período de 2005 a 2009:

• Existem Políticas Educacionais de incentivo à leitura no município de Barra Funda e de que forma são organizadas e implementadas?

- Quanto do orçamento municipal é destinado à implementação dessas políticas?
- Além do incentivo financeiro que outros recursos são oferecidos pela Esfera Federal e Estadual que visem o incentivo à leitura a nível local?
- Quais os espaços multimídiais assegurados pelo poder público municipal que podem ser destinados à leitura?
- De que formas são organizadas estes espaços para que, de fato, se proporcione essa prática aos munícipes?

Posteriormente, foram efetuadas as seguintes questões para Educadores e Coordenadores da Rede Municipal e Estadual de Ensino:

- Como ocorre o processo de alfabetização dos alunos da turma?
- Quais os métodos e subsídios utilizados para promovê-la?
- Qual a importância que você atribui a leitura? Por quê?
- O que é leitura e quais os recursos que podem ser utilizados para esse meio?
- Que métodos você utiliza para promovê-la dentro do espaço escolar?

Além destas questões, realizaram-se registros fotográficos, como exemplo, e observações *in loco* de um dos trabalhos desenvolvidos na Escola Estadual de Educação Básica Antônio João Zandoná.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar os programas das Esferas Federais e Estaduais foi possível, por meio desta investigação, realizar um estudo das políticas educacionais de incentivo à leitura no Município de Barra Funda, e seus impactos locais, levando em consideração o conjunto de atores educacionais e agentes públicos que compõe a escola pública a nível microestrutural. O exercício do diálogo e observação *in loco*, possibilitou a compreensão dos aspectos mais relevantes da pesquisa. Algumas questões norteadoras serviram de base para a análise: Existem políticas educacionais de incentivo à leitura? Que e quais os impactos dessas políticas a nível local?

Assim, constatou-se que a Secretaria de Educação do Município, proporciona a comunidade em geral, em específico as Escolas do Município: Escola de Educação Infantil Raio de Sol, Escola Municipal de Ensino Fundamental Barra Funda e Escola Estadual de Educação Básica Antônio João Zandoná, como forma de incentivo à cultura, encontros com escritores, participação dos alunos no Coral Municipal, Feira do Livro no Município, Show de Natal com teatros e músicas, Oficina de Dança Municipal, atividades culturais no dia da criança e do estudante com teatros, brinquedos do SESC, piqueniques, brincadeiras, além de viagens ao Festival do Folclore em Passo Fundo e Rodacine – Cinema Etinerante.

Além disso, a Secretaria arca com os custeios do ingresso e transporte para a participação dos alunos da escola municipal, nas Jornadinhas de Literatura de Passo Fundo e aos professores da Rede Municipal é oferecida, também, a participação da Jornada de Literatura. Os cursos de Formação Continuada proporcionados aos professores das escolas também são programas municipais que visam à capacitação docente.

Os espaços multimídiais assegurados pelo poder público municipal, segundo a atual Secretária de Educação abrangem “o Telecentro Comunitário, Biblioteca Pública Municipal – anexa junto a Escola Municipal e Sala de informática”.

Quanto à entrevista realizada com agentes educadores foi possível visualizar alguns aspectos importantes das temáticas propostas nesse trabalho. Analisou-se que algumas educadoras apresentaram uma visão limitada do que é alfabetização,

referindo-se a ela como simples domínio dos códigos linguísticos de forma mecanicista: letra, sílaba, palavra. Ou seja, a compreensão da natureza social da alfabetização, de acordo com embasamento freiriano, ainda é restrita por parte desses agentes. A educadora PC1 relata o processo de alfabetização evidenciando que:

Inicialmente faz-se um período de preparação, que chamo pré-leitura para que dominem ou desenvolvam o máximo alguns pré-requisitos como: oralidade, fala correta, noções de posição, espaço, tempo, lateralidade. Em seguida, utilizo palavras-chave para apresentar as letras, família silábica. Geralmente são nomes de alunos, objetos mais conhecidos.

Neste relato, é possível perceber, no entanto, que a alfabetização parte de palavras do cotidiano dos alunos, processo este que permite uma compreensão melhor da palavra em estudo, em seu nível de significação e conseqüentemente domínio do código linguístico.

Ao reportarem-se sobre a importância da leitura, referem-se a esta como mero domínio das habilidades de escrita e leitura, ou de acesso a informações, e mesmo sendo afirmado que o ato deve ir além do simples fato de decifrar códigos, não se evidencia a preocupação com sua natureza transformadora, revelando nesse sentido, uma postura pedagógica bancária que pode ocasionar estrangulamentos no fazer pedagógico e nas possibilidades de mudança da realidade ao qual o educando está inserido. Essas colocações podem ser identificadas no relato da entrevistada PF1:

A leitura é essencial para qualquer pessoa, pois é através dela que nos mantemos informados dos acontecimentos, entramos em contato com outras realidades. A leitura faz com que eles escrevam melhor, comuniquem-se com falas mais consistentes e construam conhecimentos necessários. A leitura vai muito além de decifrar códigos, ela precisa fazer o leitor pensar sobre o assunto lido, refletir e até mudar ou aprofundar conceitos e conhecimentos que já temos sobre determinado tema.

Embora se tenha observado, a partir de tais colocações, a compreensão limitada do que alfabetizar, ler e como usufruir dessas práticas de forma lúdica, detectou-se que alguns educadores apresentam uma percepção mais abrangente sobre o assunto, identificando esse processo como um instrumento que possibilita a “libertação dos dominados”, revelando uma concepção de educação baseada na humanização e libertação do oprimido. Ao referir-se a esse assunto CP1 afirma que

“a leitura é importante porque ela nos permite ampliar conhecimentos para possibilitar a libertação do ser humano, além de ser uma forma de entretenimento e prazer”. Neste mesmo viés PM1 salienta:

A leitura é um instrumento de construção de conhecimentos e desenvolvimento intelectual. Contribui para aumentar a capacidade de análise crítica e raciocínio, leva ao questionamento, enriquece o vocabulário, nos transporta a um mundo de sonhos, podemos com ela, decifrar o desconhecido e estabelecer a relação entre ficção e realidade. O ato de ler pode contribuir, também, para a libertação dos dominados.

Em relação à leitura, verificaram-se o predomínio da sua prática nas áreas voltadas a linguística, em específico Português e Literatura, sendo desconsiderada, muitas vezes, a leitura de dados numéricos, mapas, imagens nas demais áreas do conhecimento. “Na minha área não realizo muitas leituras, pois isso compete aos professores de Língua Portuguesa, eu trabalho mais com contas, números.” (PM2).

O incentivo à leitura na Escola Estadual ocorre por meio da organização curricular “através de áreas do conhecimento numa visão da totalidade, possibilita que estas realizem as mais diferentes leituras”, enfatiza CP2.

Quanto ao suportes utilizados para as atividades leitoras, embora foram citadas os mais variados métodos, deu-se ênfase ao uso de livros, revelando a pouco aproveitamento dos recursos tecnológicos, ocasionado por vários fatores, desde a falta capacitação dos docentes até a limitação do acesso a esses materiais. Ao ser questionada sobre o acesso aos subsídios utilizados para promover a leitura dentro do espaço escolar, a entrevistada PF1 afirma:

Em nossa escola procuramos utilizar o espaço da biblioteca sempre que possível, fazendo visitas semanais para a escolha de livros, revistas ou gibis. Fazemos a hora do conto onde os alunos relatam as histórias lidas.

Outra professora do Currículo acrescenta: “através de leituras, produção de textos, reescrita após correção, utilização de livros de história para serem explorados” (PC2). No entanto, também percebe-se a preocupação, por parte de algumas entrevistadas, em dinamizar o processo de leitura por meio de atividades que envolvam as múltiplas linguagens: releituras, declamações, músicas, como é o caso da PM1:

O ato de ler não é apenas um gesto mecânico de decifrar os sinais, mas

compreender e interpretar a linguagem verbal e não-verbal, ou seja, perceber o que expressam as “entrelinhas” de textos diversos. Na atividade da área de Expressão, partimos da análise e discussão da temática da obra *Vidas Secas* do autor Graciliano Ramos, após foram feitas apresentação do livro individual ou coletivamente por meio de teatros, abrindo espaço para questionamentos. A temática possibilitou a relação do tema com a realidade, e assim foram elaboradas poesias para um recital.

Numa das observações realizadas na Escola Estadual de Ensino Básico Antônio João Zandoná, conforme imagem abaixo, registrada durante a Formação Letiva, que é considerada um momento de socialização de práticas e saberes, foi perceptível o desenvolvimento desses processos.

A educadora realizou um trabalho com os alunos terceranistas da Escola Zandoná, partindo da leitura da obra *Vidas Secas* do autor Graciliano Ramos, após discussões, análises, compreensão, interpretação e relações dos fatos narrados com a realidade local e mundial, foi possível, segundo PM1, considerar temas como: êxodo rural, exploração do trabalho, abuso do poder, classes sociais, analfabetismo, desigualdade social, dominação, alienação, seca, dos quais foram elaboradas poesias que foram declamadas juntamente com a exposição dos cartazes. Para a elaboração destes foram utilizadas técnicas artísticas e inúmeros recursos como: folhas secas, recortes, pinturas, colagens, desenhos, jornais...¹⁰



Figura 1. Representando a Seca

¹⁰ As fotos foram autorizadas pelos alunos e professores das turmas 301 e 302 da Escola Zandoná.



Figura 2. Representando o Analfabetismo

Nas produções, os alunos referiram-se ao tema da desigualdade entre as classes sociais como forma de denunciar as injustiças. Almejam um futuro melhor por meio da justiça social. “Conseguiram a partir da leitura da obra, estabelecer relações com a realidade social, como foi evidenciado nas imagens e poesias”, afirma PM1.



Figura 3. Representação da Desigualdade Social

Constata-se que a leitura da realidade é feita a partir da narrativa, os componentes do grupo conseguem perceber nos fatos a exploração e abuso do poder, referindo-se a esses problemas como sendo a dura realidade.

A leitura que esses educandos estabelecem, ultrapassa os fatos literários, conseguem inserirem-se como protagonistas da própria história, percebendo-se como seres oprimidos e a partir disso passam a construir alternativas para o problema. O posicionamento deles não é algo neutro, pois assumem uma postura contra-hegemônica, revelando a fundamentação de um trabalho realizado em sala de aula.



Figura 4. Recital de Poesia

Para a monitora do Laboratório de Informática, o corte dos recursos humanos e financeiros impede o atendimento e acesso aos recursos tecnológicos, prejudicando o fazer pedagógico e limitando as atividades, neste caso, leituras e pesquisas digitais.

O laboratório seria uma ferramenta que chama atenção do aluno, pois por ser uma forma virtual, cativa-os para leitura e pesquisa de textos diversos. No entanto, no início da proposta da escola, o trabalho era feito de forma interdisciplinar e planejado de acordo com as áreas do conhecimento, recebemos equipamentos para trabalhar no laboratório, porém, devido à falta de recursos para a manutenção, limitou-se o desenvolvimento dessas

atividades (PL1).

Nota-se que faltam políticas públicas e vontade política para que o patrimônio público destinado a ampliar o conhecimento e proporcionar novas formas de aprendizagem, possa atender as necessidades da comunidade escolar.

O município através da Secretaria da Educação auxilia e orienta a rede pública municipal, além desta, as escolas enquanto espaços educacionais também proporcionam ações educativas que desencadeiam uma caminhada conjunta na construção de uma política educacional que tenha como objetivo principal a alfabetização crítica e a possibilidade da emancipação do sujeito através da leitura da palavra e do mundo por meio dos mais variados recursos.

Nesse sentido, é possível perceber a pesquisa como um instrumento eficaz e importante para a implementação de um projeto educacional que vise a melhoria das habilidades leitoras através do acesso a cultura, no que diz respeito a múltiplas linguagens. Tendo como base os dados obtidos nas pesquisas, pode ser possível fomentar o desvelamento da realidade vivida, a discussão, a ação, a aproximação e o compromisso dos envolvidos e responsáveis pelo processo educacional, bem como uma participação efetiva de todos os sujeitos que promovem e fazem parte da educação, destacando aqui a ação da Nação, Estado e Município.

A omissão de dados referentes ao orçamento público municipal, destinados a educação no município, de certa forma prejudicou a investigação e o confronto de respostas, tornando-se reduzidas as chances de identificar se o governo local está cumprindo com sua responsabilidade orçamentária nesta área. Apesar disso, o diálogo entre poder público e agentes educacionais desencadeia ações conforme necessidades locais.

Ao realizar a pesquisa de campo, alguns dos agentes educacionais limitaram-se a elaborar respostas curtas, demonstrando certo descaso para com o assunto em questão, evidenciando mais uma vez, a possível fragmentação, compreensão e fragilidade na sua formação enquanto educador.

A alfabetização e o analfabetismo são processos de uma constante vigilância e de uma política contínua e dinâmica. O investimento em políticas públicas direcionadas para a alfabetização deve ser realizado a cada nova geração, em um processo que não termina. É importante ressaltar que o simples acesso à escola não acena como resolução automática dos problemas do analfabetismo, tampouco

quando ocorrem práticas mecanicistas e sem sentido político e social.

Por isso, aos educadores, é necessário ampliar o papel da linguagem, considerando o papel da natureza crítica para que se possa romper com as relações de repressão e dominação ao qual o sujeito está inserido. Como diz Freire (1990, p. 2), “a alfabetização devia tornar-se uma pré-condição da emancipação social e cultural”.

Nesse sentido, é necessário ampliar e criar mais mecanismos de acesso aos recursos multimídiais, democratizar a leitura e espaços leitores descentralizando-os e qualificar a compreensão da leitura por meio de um fazer pedagógico arraigado em teorias que proporcionem uma educação libertadora, crítica e emancipatória.

Para tanto, deve haver a continuidade e aprimoramento das ações já analisadas, visando transformá-las em políticas públicas que de fato incentivem a formação dos educadores, oferecendo espaços literários e subsídios que possibilitem avanços na leitura e escrita da palavra e do mundo.

A democratização e busca pela qualidade da leitura perpassa necessariamente pela superação dos entraves econômicos, culturais, políticos e sociais que ocasionam a má gestão das políticas educacionais, em especial as relacionadas à leitura. Por isso, entende-se gestão de qualidade como sendo aquela que priorize o desvelamento da realidade que aí está e que possibilita a construção de seres humanos que se sabendo inconclusos e imperfeitos busquem no conhecimento, na leitura um mundo melhor para todos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O respeito humano, dignidade, inclusão, empoderamento, nascem do conhecimento que o povo tem sobre seus direitos. E isso se constrói com uma educação pública de qualidade que se oponha à visão hegemônica que neutraliza o individualismo, conformismo, competição, indiferença e exclusão.

Diante disso, o desafio que se coloca é construir processos de diálogo e reflexão que apontem para novos paradigmas educacionais e científicos, que as dúvidas nascidas dessa relação façam da insegurança um fator propulsor às novas ações e políticas que visem o bem comum. Torna-se urgente potencializar processos educativos que fomentem em seu interior, experiências coletivas alternativas e reconheça outras formas de espaço e produção do saber socializado, construído não como uma ferramenta de dominação, mas de possibilidade de autonomia de novas perspectivas.

Além de políticas públicas de incentivo à leitura nas três esferas, um dos grandes compromissos é de fato, a escola proporcionar a aprendizagem de todos envolvidos no processo e partir da leitura da realidade partindo da vida do educando.

Uma política indispensável para quem pensa em uma educação democrática é possibilitar a leitura das múltiplas linguagens relacionando-as a um contexto maior para que o indivíduo possa visualizar perspectivas que o empoderem e o tornem sujeito. Transformar as condições ideológicas e sociais que solapam as mudanças estruturais partindo da compreensão política e social da alfabetização e torná-la parte de um projeto pedagógico que ofereça uma linguagem de esperança é um desafio necessário.

Construir uma proposta de educação diferenciada, baseada em políticas públicas educacionais, que visem à capacitação profissional, deve ser analisado como fundamentais e projetadas para desenvolver as capacidades do educando, assim como o engajamento no projeto de escola e de sociedade almejado pela comunidade escolar. O compromisso profissional vai além de simples instrumentalização do saber. É preciso comprometimento ético com o seu ofício e principalmente com os seres humanos que estão sob a sua orientação, bem como a necessidade de uma escola e vida melhor para o educador e o educando.

REFERÊNCIAS

AUGUSTIN, Claudio. **A falácia do déficit zero**. Sineta Especial, Porto Alegre, Gestão 2008-2011, p. 13, abril 2009.

ARROYO, Miguel González. **Da escola carente à escola possível**. 6ª ed. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. **Ofício de Mestre: Imagens e auto-imagens**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

ARAÚJO, Roberta – **Espaços, recursos escolares e habilidades**. Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT10-4361--Int.pdf>> Acesso em: 18:10h- 08 abril 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de setembro de 1996. *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=78&Itemid=221>>. Acesso em: 20 out. 2007.

_____. **Manual Básico da Biblioteca na Escola**, MEC, FNDE, 1998.

FERNANDES, Adriana Hoffmann – **Infância e narrativa**: reflexões sobre as revoluções culturais na infância da contemporaneidade. UERJ. Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT16-3831--Int.pdf>>. Acesso em: 02h16min – 09 abril 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A importância do ato de ler**. 21ª ed. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. **Política e educação**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **A Alfabetização: leitura do mundo leitura da palavra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

FREITAG, Barbara. **Escola Estado & Sociedade**. 7ª ed. São Paulo: Centauro, 2005.

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

_____. **Teoria crítica e resistência em Educação**: para além das teorias de reprodução. Vozes: Petrópolis, 1986.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a Organização da Cultura**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HURTADO, Carlos Nunes. **Educar para transformar, transformar para educar: comunicação e educação popular**. Petrópolis: Vozes, 1992.

JOSÉ, Cassian. Escola em tempo de comunicação. **Revista Educação**- ano11- nº 123.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 20ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MARCON, Telmo. **Políticas de educação emancipatórias: contribuições de Paulo Freire e Alberto Memmi**. *Espaço Pedagógico*. Educação e emancipação. Passo Fundo: UPF, v. 13, p. 107 – 121 jan./jun. 2006.

MARCHESI, Álvaro. **Fracasso Escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. 6ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

OLIVEIRA, Marta Kohl de, **Vygotsky, Aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico**. Editora Scipione: São Paulo, 1997.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Ática, 1997.

PIAIA, Consuelo Cristine. **Desafios e possibilidades entre escola e movimentos sociais**. Dissertação de Mestrado em Educação. Passo Fundo: UPF.2008.

PEREIRA, Luiz; FORACCHI, M. Marialice. **Educação e Sociedade**. 7ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 22ª ed. Rio de Janeiro: Vozes Ltda. 1978.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico crítica: primeiras aproximações**. 2ª ed. São Paulo: Autores Associados, 1991.

_____. **Política e educação no Brasil, o papel do Congresso Nacional na Legislação do Ensino**. 3ª ed. 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente contra o desperdício da experiência**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SARAIVA, Irene Skorupski. **Sala de aula: Que saberes? Que fazeres? Projeto Educação e senso comum**. Passo Fundo: UPF, 2006.

SHIROMA, Eneida; Moraes, Maria Célia M.D. **Política Educacional**. 3ª ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2004.

Rio Grande do Sul. Secretaria da Educação. **Princípios e Diretrizes para a educação Pública Estadual**. Porto Alegre: Corag, 2000.

TEIXEIRA, Roberta Araújo - **Espaços, recursos escolares e habilidades de leitura de estudantes da rede pública municipal do Rio de Janeiro- um estudo exploratório**. PUC. <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT10-4361—Int.pdf> – acessado 00:15h - 11/04/2009.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

VIGOTSKY, Lev Semenovitch. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.